FLS. N.o. Of PROC. 3 63

PROJETO DE LEI No. 34

DE 1.995

REGISTIC GERAL LEGISL.

363 1002/03/1995

Autur 07 folhas

Publique - se-Inclua - se era pauta por se sessões

Publique - se-Inclua - se era pauta por se sões

Presidente

VI OR SAPIENZA - Presidente

Dispõe sobre o registro e fiscalização de estabelecimentos de hospedagem e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DE-CRETA:

Art. 10. - Os estabelecimentos de hospedagem ficam obrigados ao registro anual perante a autoridade policial competente.

Parágrafo único: - Na Capital, a competência para o registro dos estabelecimentos referidos no "caput", é a Divisão de Registros Diversos, do Departamento Estadual de Polícia Científica; na Grande São Paulo, Litoral e Interior, o Delegado de Polícia da localidade onde situar o estabelecimento.

Art. 20. - O requerimento em que o interessado socitar o registro do estabelecimento, deverá ser instruido com os seguintes documentos:

I - prova de registro do estabelecimento na Junta Comercial do Estado de São Paulo;

II - cópia reprográfica da cédula de identidade do proprietário ou diretores do estabelecimento;

III - atestado negativo de Antecedentes Criminais do proprietário ou diretores do estabelecimento;

IV - prova de permanencia definitiva no País, se o proprietário ou diretores forem estrangeiros;

V - vistoria do prédio pela autoridade sanitária do